



ATA N.º 4/2020

----- ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA VINTE SETE DE NOVEMBRO DO ANO DE 2020: -----

----- Aos 27 dias do mês de Novembro do ano de 2020 realizou-se, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, desta Vila de Golegã, a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1. APRECIÇÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL;-----
- 2. DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Prorrogação do Prazo de Transferência- *Deliberação*; -----
- 3. CONTRATO DE GESTÃO DELEGADA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GESTÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS URBANOS ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCANENA, CHAMUSCA, CONSTÂNCIA, ENTRONCAMENTO, FERREIRA DO ZÊZERE, GOLEGÃ, SANTARÉM, TOMAR, TORRES NOVAS, VILA NOVA DA BARQUINHA E A RSTJ – GESTÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS, EIM, S.A. – *Deliberação*; -----
- 4. NOVA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE – *Deliberação*;
- 5. PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS PARA O ANO DE 2021 – *Deliberação*; -----
- 6. PROPOSTA DE TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR EM 2021 – *Deliberação*; -----
- 7. PROPOSTA DE TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) A APLICAR EM 2021 – *Deliberação*; -----
- 8. PROPOSTA DO VALOR DE REDUÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) REFERENTE AOS AGREGADOS FAMILIARES COM HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE A APLICAR EM 2021 – *Deliberação*; -----
- 9. PROPOSTA DE TAXA DE PARTICIPAÇÃO NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) A APLICAR EM 2021 – *Deliberação*; ---
- 10. PROPOSTA DE TAXA DE DERRAMA A APLICAR EM 2021 – *Deliberação*; -----
- 11. RELATÓRIO DE OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – *Tomada de Conhecimento*; -----

15/27/11

----- 12. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2021 –
Deliberação; -----

----- 13. MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DA GOLEGÃ PARA O ANO DE 2021 –
Deliberação; -----

----- 14. PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DE TARIFÁRIOS NO SERVIÇO DE ÁGUAS,
SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – *Deliberação;* -----

----- 15. ALTERAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DA ARU 07 POMBALINHO – *Deliberação;* ----

----- Estiveram presentes todos os membros da Assembleia Municipal, com exceção dos membros Senhoras D. Ana Paula Silva dos Santos e D. Aida Maria Maggioli Gouveia Esteves Pereira, Joaquim Grácio Morgado e Fernando Jesus Duarte, Presidente da Junta de Freguesia do Pombalinho. -----

----- De harmonia com o estipulado nos artigos 78º e 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugados com o artigo 18º, do Regimento da Assembleia Municipal, a membro Senhora D. Aida Maria Maggioli Gouveia Esteves Pereira requereu a sua substituição, por ausência inferior a 30 dias sendo, a mesma, substituída, na presente Sessão, pela Senhora D. Dulce Marisa Barreiros Martinho. -----

----- Igualmente esteve presente o Senhor Dr. José Tavares Veiga Silva Maltez, Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal, bem como o Senhor António Francisco Oliveira Pires Cardoso, Vice-Presidente da Câmara Municipal e os Vereadores Senhores Engº António Carlos Poço Godinho, Dr. Luís Filipe Santana Júlio e Pedro Álvaro Ribeiro Terré Rodrigues. -----

----- Quando eram 21 horas e 6 minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, após cumprimentar todos os presentes, declarou aberta a Sessão. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a dispensa da leitura da Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada, no dia 24 de Setembro de 2020 uma vez que, a mesma, foi antecipadamente distribuída a todos os membros. -----

----- Colocada à votação, a Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 24 de Setembro de 2020, foi aprovada, **por unanimidade**, de harmonia com o nº 3, do artigo 34º, do Código do Procedimento Administrativo, publicado através do Decreto-lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro, sem a participação do membro Senhora D. Dulce Marisa Barreiros Martinho, por não ter estado presente na Sessão a que a Ata se refere. -----

----- De seguida, entrou-se no Período de Antes da Ordem do Dia, tendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntado se havia algum membro da Assembleia que quisesse apresentar Propostas, Moções, Votos de Louvor, de Pesar, etc.. -----

----- Ainda no uso da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou, que a membro Senhora D. Aida Maria Maggioli Gouveia Esteves Pereira requereu a sua substituição, por ausência inferior a 30 dias sendo, a mesma, substituída, na presente Sessão, pela Senhora D. Dulce Marisa Barreiros Martinho e que o membro Senhor Joaquim Morgado, cerca das 20.30 horas, enviou um e-mail a informar que, face a doença súbita da sua sogra, não poderia estar presente nesta sessão. -----

----- Seguidamente informou que as faltas registadas na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada, no dia 24 de setembro de 2020, foram devidamente justificadas, com exceção da falta dada pela membro Senhora D. Aida Maria Maggioli Gouveia Esteves Pereira, por não ter apresentado qualquer justificação. -----

----- Por último, deu conhecimento de toda a correspondência recebida informando que, a mesma, se encontra à disposição dos membros que a quiserem consultar. -----

----- De seguida, o Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal, usou da palavra para prestar diversas informações relativamente à situação da Covid 19 referindo que o Concelho da Golegã mantém uma situação de risco moderado. Realçou o facto de que esta informação não deverá servir para que a população abrande os cuidados, antes pelo contrário, apelou para que as pessoas se cuidem cada vez mais tomando as medidas necessárias. -----

----- O membro Senhor Ricardo Correia usou de seguida da palavra para referir que este Executivo apresentou todos os seus Orçamentos sem o Parecer do Conselho Municipal de Juventude situação essa que, o Grupo Parlamentar Municipal do PSD, considera bastante crítica uma vez que verificam um acentuado desinvestimento nas políticas de juventude. Referiu ainda que, passados três anos, nunca foi eleito o representante do Conselho Municipal de Juventude no Conselho Municipal de Educação. -----

----- Ainda relativamente ao Conselho Municipal de Juventude, criticou a argumentação da Câmara Municipal apresentada na apreciação da Atividade Municipal e criticou, igualmente, a falta de participação política e cívica de algumas das juventudes partidárias que dele fazem parte, em

particular, a Juventude Socialista que nunca participou em nenhuma reunião nem se fez substituir assim como a Juventude Comunista Portuguesa que tem tido uma participação muito pouco assídua sendo esta também uma das responsáveis pelo mau funcionamento deste Órgão. -----

----- Terminou a sua intervenção propondo ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que, face a esta situação do covid 19, seja estudada uma solução de realização das Assembleias Municipais através de meios de comunicação à distância e que no mesmo sentido se viabilize a transmissão das Assembleias Municipais através das redes sociais e no sítio do Município na internet. -----

----- Usou então palavra o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal para esclarecer que a Câmara Municipal já vai no segundo ou terceiro “round” em que não há quórum no Conselho Municipal da Juventude dando como exemplo esta última reunião que era para o Orçamento e que, uma vez mais, não se realizou por falta de quórum sendo certo que, a Câmara Municipal, nada pode fazer sobre essa matéria. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para informar que, de facto, é uma preocupação da Assembleia que os Municípes tenham acesso e possam participar nas respetivas Sessões daí a razão de ter havido a preocupação de se publicar um edital a anunciar que quem quisesse colocar questões que o fizesse remetendo-as para a Assembleia Municipal. -----

----- O membro Senhor António Camilo, Presidente da Junta de Freguesia da Golegã, pediu a palavra para enaltecer a intervenção do Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente às informações prestadas sobre a situação do covid. -----

----- Relativamente ao Conselho Municipal de Juventude referiu que para se alterar seja o que for, em primeiro lugar, tem que haver quórum e isso é coisa que não se tem verificado pelo que chamou à atenção das pessoas no sentido de comparecerem às respetivas reuniões. -----

----- Terminou a sua intervenção sugerindo a possibilidade das Sessões da Assembleia Municipal se poderem realizar mais cedo pelo menos enquanto durar esta situação do covid. -----

----- O membro Senhor Bruno Medinas pediu a palavra para, relativamente a esta questão do covid e das limitações impostas quer a nível central quer a nível local, perguntar o motivo da mudança de atitude relativamente ao período da Páscoa em que a Câmara Municipal encerrou as portas do Concelho não o fazendo agora neste fim de semana do início de Novembro. Questionou se isso teve



a ver com algum motivo relativamente à Feira que não se realizou mas, que ainda assim, havia interesse do Município em que algumas atividades pudessem ter alguma visibilidade. -----

----- Ainda no uso da palavra, relativamente ao Conselho Municipal de Juventude, referiu que, no seu entender, é possível fazer a alteração do Regulamento porque existe o Regulamento e o Regimento. Nesse sentido e como são dois diplomas diferentes referiu que a Assembleia Municipal, tem legitimidade para aprovar ou alterar o Regulamento, mediante proposta da Câmara Municipal. Já no caso do Regimento aí sim só o Conselho Municipal de Juventude, com quórum, é que o pode alterar. -----

----- Usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal para responder à questão colocada pelo membro Senhor Bruno Medinas. -----

----- Referiu que não houve intenção nenhuma ao não colocar as placas no Concelho. Esclareceu que da primeira vez, como era o primeiro confinamento, entendeu-se que se deveria reforçar com a colocação das placas, no entanto, desta vez não teve nada a ver com a Feira até porque esta situação só aparece 15 dias depois da Feira. -----

----- Depois do membro Senhor Bruno Medinas bem como o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal terem tecido mais algumas considerações relativamente a esta matéria, usou da palavra a membro Senhora D. Dulce Martinho para alertar para uma situação que se prende com o alarme da Biblioteca Municipal que, ultimamente, tem disparado com alguma frequência a horas tardias, como por exemplo, à meia-noite e outras vezes às duas da manhã. -----

----- Relativamente a esta situação o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal tomou a devida nota e informou que iria mandar verificar de imediato o que efetivamente se estava a passar. -----

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir, neste período de Antes da Ordem do Dia, passou-se de imediato ao Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos que constava do seguinte: -----

----- **1. – APRECIÇÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL;** -----

----- Foi presente o documento elaborado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal que consta de um relatório das atividades desenvolvidas pelo Executivo Municipal no período compreendido entre a última e a presente Sessão, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 1. -----

----- Relativamente a este Ponto da Ordem de Trabalhos o membro Senhor Ricardo Correia pediu a palavra para, relativamente à intervenção que foi realizada na Rua D. Elisa Bonacho, referir que o

Grupo Parlamentar Municipal do PSD tem recebido testemunhos de algumas pessoas que têm manifestado o seu desagrado pela redução dos estacionamento naquela rua sendo que, algumas dessas pessoas, têm mobilidade reduzida. Face a essa situação perguntou se o Executivo Municipal tem essas situações sinalizadas e se assim for se estão previstas algumas medidas que acautelem a possibilidade do estacionamento próximo das suas residências. -----

----- Ainda em relação à redução dos lugares de estacionamento naquela rua perguntar se existe alguma medida para solucionar o problema. -----

----- Quanto ao despacho proferido pelo Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal que, contém algumas restrições relativamente à prevenção do contágio do covid, referiu que o Grupo Parlamentar Municipal do PSD sempre assumiu que não se iria opor a nenhuma medida que fosse tomada em benefício da população, no entanto, verificam que através desse despacho foi decidido o encerramento dos recintos desportivos. Face a essa situação perguntou se existe alguma exceção para aqueles que competem, quer a nível individual, quer a nível coletivo e assegurar assim a sua participação nos compromissos competitivos. -----

----- O Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal usou então da palavra para informar que em todas as mudanças no trânsito as pessoas apresentam o seu descontentamento. No entanto, esclareceu, que o Executivo Municipal falou com as pessoas antes pelo que é perfeitamente normal nem todos estarem de acordo. -----

----- Quanto à situação da pessoa com dificuldades de locomoção informou que a pessoa se dirigiu à Câmara Municipal e o problema foi logo resolvido. -----

----- Quanto à questão do encerramento dos espaços desportivos, teceu para o efeito diversas considerações e esclareceu que é um esforço que se está a pedir durante um período de quinze dias, porque se isto não correr de acordo com aquilo que se pretende alcançar então, se calhar, daqui por quinze dias, ninguém poderá é sair de casa a partir da uma da tarde. -----

----- Depois de devidamente autorizado, o Vereador Senhor Eng. Carlos Godinho, informou ainda que, neste momento, existem duas exceções. Uma prende-se com o escalão de seniores da Casa do Benfica porque está a disputar o Campeonato Nacional e a secção de setas do Futebol Clube Goleganense que estava em competição mas que entretanto essa competição foi suspensa. -----

----- O membro Senhor Válter Ferreira pediu a palavra para também tecer algumas considerações relativamente a esta matéria do encerramento dos espaços desportivos e bem assim solicitar que,



quando existam este tipo de medidas, que as mesmas, sejam coordenadas com quem usufrui daqueles espaços. -----

----- Relativamente ao Plano de Atividades perguntou qual a fase em que se encontra o contrato da obra de reabilitação do Largo da Praça, na Azinhaga. Por último pediu esclarecimentos sobre o que é que a Câmara Municipal quer dizer com a conclusão do projeto de execução do estabelecimento residencial para idosos ERPI previsto para o Pombalinho. -----

----- Novamente depois de devidamente autorizado, o Vereador Senhor Eng^o Carlos Godinho usou da palavra para, relativamente ao encerramento dos espaços desportivos, esclarecer que esta medida foi tomada de uma forma repentina porque, conforme já fora explicado anteriormente, a situação assim o exigiu. -----

----- Relativamente à obra do Largo da Praça, informou que o projeto está a ser terminado uma vez que houve uma alteração na iluminação pública pelo que se esteve que esperar pela EDP e pela PT para a conclusão do projeto. Quanto aos outros processos informou que os contratos foram assinados prevendo-se para o início do ano de 2021 o arranque das obras do Cine-Teatro assim como a estrada de São Miguel. -----

----- De novo no uso da palavra o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal prestou ainda alguns esclarecimentos adicionais relativamente aos esclarecimentos prestados pelo Senhor Vereador. -----

----- Quanto à questão da ERPI informou que a Câmara Municipal não poderá fazer esta candidatura porque o espaço não é seu pelo que explicou à Assembleia a conversa que teve com a direção da Casa do Povo do Pombalinho assim como com a Junta de Freguesia do Pombalinho acerca desta matéria no sentido de se desbloquear esta situação e criarem-se, assim, vinte ou mais postos de trabalho no Pombalinho. -----

----- O membro Senhor Luiz José pediu a palavra para questionar se a ligação ao sistema de contra ordenações de trânsito designada por SCOT já se encontra em pleno funcionamento ou ainda não é possível a GNR efetuar multas através do SCOT pelo que, a questão, é saber se se continua sem que a GNR passe contraordenações na Golegã e se o município continua sem receber as receitas de 70% do produto das coimas. -----

----- Usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal para esclarecer que apesar de a Câmara Municipal ter aceite essa competência ainda não pode executar essa tarefa em virtude de não ter acesso ao respetivo programa SCOT. -----

----- Mais esclareceu que o valor percentual das coimas entretanto emitidas pela GNR, foram devolvidas à Câmara Municipal. -----

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir, passou-se de imediato ao Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos que constava do seguinte: -----

----- **2. DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Prorrogação do Prazo de Transferência- Deliberação;** -----

----- Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Ordinária do executivo Municipal, realizada no dia 15 de Outubro de 2020, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 2. –

----- Igualmente foi presente a informação registada sob o nº 5628, datada de 24 de Agosto de 2020 e respetivos documentos anexos que se dão por integralmente reproduzidos no documento nº 3. -----

----- Não havendo ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, submeteu o Ponto 2 da Ordem de Trabalhos – **DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Prorrogação do Prazo de Transferência**, à votação. -----

----- Aprovado, **por maioria**, com duas abstenções do Grupo Parlamentar Municipal Movimento Sangue Novo, não aceitar a transferência de competências e obrigações para os órgãos municipais, previstas no Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de Janeiro, no domínio da saúde. -----

----- O Terceiro Ponto da ordem de Trabalhos consta do seguinte: -----

----- **3. CONTRATO DE GESTÃO DELEGADA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GESTÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS URBANOS ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCANENA, CHAMUSCA, CONSTÂNCIA, ENTRONCAMENTO, FERREIRA DO ZÊZERE, GOLEGÃ, SANTARÉM, TOMAR, TORRES NOVAS, VILA NOVA DA BARQUINHA E A RSTJ – GESTÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS, EIM, S.A. – Deliberação;** -----

----- Foi presente cópia autenticada de parte da Minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal realizada em 29 de Outubro de 2020, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 4. -----



----- Foi igualmente presente cópia do ofício da RSTJ, de referência 19_2020_DG, datado de 21 de Outubro de 2020, bem como cópia do contrato em apreço que se dão por integralmente reproduzidos nos documentos nº 5 e 6. -----

----- Não havendo ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, submeteu o Ponto 3 da Ordem de Trabalhos – **CONTRATO DE GESTÃO DELEGADA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GESTÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS URBANOS ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCANENA, CHAMUSCA, CONSTÂNCIA, ENTRONCAMENTO, FERREIRA DO ZÊZERE, GOLEGÃ, SANTARÉM, TOMAR, TORRES NOVAS, VILA NOVA DA BARQUINHA E A RSTJ – GESTÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS, EIM, S.A.**, à votação. -----

----- Aprovado, **por maioria**, com duas abstenções do Grupo Parlamentar Municipal Movimento Sangue Novo. -----

----- O Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos, constava do seguinte: -----

----- **4. NOVA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE – Deliberação;**

----- Foi presente cópia autenticada de parte da Minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal realizada em 29 de Outubro de 2020, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 7. -----

----- Foi igualmente presente cópia da informação registada sob o número 8965, datada de 26 de Outubro de 2020 assim como os respetivos anexos que se dão por integralmente reproduzidos no documento nº 8. -----

----- Não havendo ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, submeteu o Ponto 4 da Ordem de Trabalhos – **NOVA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE**, à votação. -----

----- Aprovado, **por unanimidade**, assim como nomear como representante da Câmara Municipal a Dr^a Ana Cláudia Oliveira Mota. -----

----- O Quinto Ponto da Ordem de Trabalhos constava do seguinte: -----

----- **5. PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS PARA O ANO DE 2021 – Deliberação;** -----

----- Foi presente cópia da Minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal realizada em 17 de Setembro de 2020, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 9. -----

----- Foi igualmente presente cópia da informação registada sob o número 7012, datada de 11 de Setembro de 2020 que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 10. -----

----- Não havendo ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, submeteu o Ponto 5 da Ordem de Trabalhos – **PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS PARA O ANO DE 2021**, à votação. -----

----- Aprovado, **por unanimidade**. -----

----- O Sexto Ponto da Ordem de Trabalhos, constava do seguinte: -----

----- **6. PROPOSTA DE TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR EM 2021 – Deliberação;** -----

----- Foi presente cópia da Minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal realizada em 12 de Novembro de 2020, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 11. --

----- Foi igualmente presente cópia da informação registada sob o número 9241, datada de 3 de Novembro de 2020 que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 12. -----

----- Não havendo ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, submeteu o Ponto 6 da Ordem de Trabalhos – **PROPOSTA DE TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR EM 2021**, à votação. -----

----- Aprovado, **por unanimidade**, fixar a Taxa municipal pelo Direito de Passagem (TMDP), para o Ano de 2021 em 0,25%. -----

----- O Sétimo Ponto da Ordem de Trabalhos, constava do seguinte: -----

----- **7. PROPOSTA DE TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) A APLICAR EM 2021 – Deliberação;** -----

----- Foi presente cópia da Minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal realizada em 12 de Novembro de 2020, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 13. --

----- Foi igualmente presente cópia da informação registada sob o número 9257, datada de 3 de Novembro de 2020 e respetivos documentos anexos que se dão por integralmente reproduzidos no documento nº 14. -----

----- Não havendo ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, submeteu o Ponto 7 da Ordem de Trabalhos – **PROPOSTA DE TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) A APLICAR EM 2021**, à votação. -----



----- Aprovado, **por unanimidade**, aplicar a Taxa de 0,35%, aos prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, de 0,8% no que concerne aos prédios rústicos e de 30% relativamente aos prédios devolutos, durante o ano de 2021. -----

----- O Oitavo Ponto da ordem de Trabalhos, constava do seguinte: -----

----- **8. PROPOSTA DO VALOR DE REDUÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) REFERENTE AOS AGREGADOS FAMILIARES COM HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE A APLICAR EM 2021 – Deliberação;** -----

----- Foi presente cópia da Minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal realizada em 12 de Novembro de 2020, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 15. --

----- Foi igualmente presente cópia da informação registada sob o número 9244, datada de 3 de Novembro de 2020 e respetivos documentos anexos que se dão por integralmente reproduzidos no documento nº 16. -----

----- Não havendo ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, submeteu o Ponto 8 da Ordem de Trabalhos – **PROPOSTA DO VALOR DE REDUÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) REFERENTE AOS AGREGADOS FAMILIARES COM HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE A APLICAR EM 2021**, à votação. -----

----- Aprovado, **por unanimidade**, fixar a redução de IMI referente aos agregados familiares com habitação própria e permanente, em 20€ para os agregados familiares com um dependente, em 40€ para os agregados familiares com dois dependentes e em 70€ para os agregados familiares com três ou mais dependentes, durante o ano de 2021. -----

----- O Nono Ponto da ordem de Trabalhos, constava do seguinte: -----

----- **9. PROPOSTA DE TAXA DE PARTICIPAÇÃO NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) A APLICAR EM 2021 – Deliberação;** --

----- Foi presente cópia da Minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal realizada em 12 de Novembro de 2020, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 17. --

----- Foi igualmente presente cópia da informação registada sob o número 9231, datada de 3 de Novembro de 2020 e respetivos documentos anexos que se dão por integralmente reproduzidos no documento nº 18. -----

----- Não havendo ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, submeteu o Ponto 9 da Ordem de Trabalhos – **PROPOSTA DE TAXA DE PARTICIPAÇÃO NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) A APLICAR EM 2021**, à votação. -----

----- Aprovado, **por unanimidade**, fixar a Taxa variável de participação no Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) em 5%, durante o Ano de 2021. -----

----- O Décimo Ponto da Ordem de Trabalhos, constava do seguinte: -----

----- **10. PROPOSTA DE TAXA DE DERRAMA A APLICAR EM 2021 – Deliberação;** -----

----- Foi presente cópia da Minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal realizada em 12 de Novembro de 2020, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 19. --

----- Foi igualmente presente cópia da informação registada sob o número 9375, datada de 6 de Novembro de 2020 que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 20. -----

----- Não havendo ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, submeteu o Ponto 10 da Ordem de Trabalhos – **PROPOSTA DE TAXA DE DERRAMA A APLICAR EM 2021**, à votação. -----

----- Aprovado, **por unanimidade**, fixar para o Ano de 2021 a Taxa de Derrama em 0,75%, para os sujeitos passivos com um volume de negócios até 150.000€ e em 1,2% sobre o lucro tributável em sede de IRC, para os restantes sujeitos passivos. -----

----- O Décimo Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos constava do seguinte: -----

----- **11. RELATÓRIO DE OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – Tomada de Conhecimento;** -----

----- Foi presente cópia da Minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal realizada em 12 de Novembro de 2020, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 21. --

----- Foi igualmente presente cópia do documento em apreço que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 22. -----

----- Não havendo ninguém a querer intervir, passou-se de imediato ao Décimo Segundo Ponto da ordem de Trabalhos que constava do seguinte: -----

----- **12. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2021 – Deliberação;** -----



----- Foi presente cópia da Minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal realizada em 12 de Novembro de 2020, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 23. --

----- Foi igualmente presente cópia do documento em apreço que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 24. -----

----- O membro Senhor Ricardo Correia pediu a palavra para relativamente a este Ponto da Ordem de Trabalhos referir que quanto às rubricas orçamentais destinadas à juventude se as estas rúbricas forem subtraídos os valores que se encontram alocados à cultura, os valores são praticamente nulos pelo que consideram manifestamente insuficiente o valor destinado de forma direta às políticas de juventude uma vez que, de forma sistemática, orçamento após orçamento, é clara a desaposta em políticas de juventude perante as necessidades dos jovens do concelho. -----

----- Relativamente à obra de reabilitação do Cine-Teatro referiu que o Grupo Parlamentar Municipal do PSD vê com bons olhos que, a mesma, seja executada sendo esta uma intervenção que há vários anos o PSD catalogou como fundamental para o Concelho. No entanto, perguntou o motivo pelo qual estava previsto, no Orçamento de 2020, uma verba de cerca de 450.000€, e no Orçamento para 2021 está prevista uma verba de mais do dobro para a realização desta obra. -----

----- Ainda no uso da palavra referiu que, atendendo à crise provocada por esta pandemia, se prevê que o ano de 2021 seja um ano bastante difícil mas que o Orçamento não menciona qualquer verba de apoio à economia local. -----

----- Relativamente à rubrica do Turismo referiu que ao analisar o documento verifica que a maior parte das rubricas estão inscritas com um valor mínimo e que metade do valor total previsto se destina à Associação Feira Nacional do Cavalo. Referiu ainda que não existe, por exemplo, um valor destinado à candidatura a Património da Humanidade da Casa Estúdio Carlos Relvas. -----

----- Relativamente à obra de requalificação do Largo da Praça na Azinhaga referiu que, apesar de anunciada em 2018, vê com agrado que finalmente a obra irá ter o seu início em 2021. -----

----- Quanto à freguesia do Pombalinho disse que mais uma vez é uma freguesia esquecida porque não há nenhuma menção neste Orçamento sobre a freguesia do Pombalinho. -----

----- Terminou a sua intervenção referindo que consideram que há muitas medidas que fazem falta e que são estruturais para o futuro do Concelho e que, face a essa situação, anunciou que o Grupo Parlamentar Municipal do PSD iria votar contra este Ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- O membro Senhor Válder Ferreira usou da palavra para solicitar os seguintes esclarecimentos.

----- O primeiro sobre as rúbricas Estratégica Local de Habitação e Apoio ao Arrendamento de Habitação para perceber o impacto concreto que este investimento terá na população do Concelho. -

----- Relativamente ao segundo esclarecimento perguntou em que é que consiste o item eficiência energética que representa 291.000€ no Orçamento da Câmara Municipal. -----

----- Depois de devidamente autorizado, o Vereador Senhor Engº Carlos Godinho usou da palavra para informar que a Estratégica Local de Habitação, que é apoiado pelo IHRU, tem a ver com o diagnóstico municipal em termos de habitação mas de estratos desfavorecidos, ou seja, existe um apoio financeiro tanto para a execução do projeto como para futuras candidaturas para habitação em termos de estratos desfavorecidos. -----

----- Informou ainda que o executivo Municipal já tem o diagnóstico da comunidade e prevê que o documento esteja terminado no final do ano. -----

----- Relativamente ao Apoio ao Arrendamento de Habitação, referiu que esta rúbrica existe já há vários anos e tem a ver com o apoio municipal, dentro dos critérios estipulados, a pessoas que arrendam casa. -----

----- Relativamente à questão da eficiência energética informou que tem a ver com a última fase da iluminação pública. -----

----- O membro Senhor Bruno Medinas usou de seguida da palavra para anunciar que os membros do Grupo Parlamentar Municipal Movimento Sangue Novo, há semelhança daquilo que têm feito nos outros anos do mandato, irão votar contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o Ano de 2021, porque não vêm neste Orçamento, como não viram nos outros, um conjunto de políticas e um conjunto de apoios àquilo que é o tecido social, económico e cultural de todo o concelho e que no seu entender deveriam ter sido tidas em consideração. -----

----- Ainda no uso da palavra referiu que existe um claro desinvestimento na juventude assim como na natalidade uma vez que, este Executivo, nunca encarou a natalidade e os problemas da natalidade como um motivo de investimento. Disse ainda que, a outros níveis, existem também um conjunto de intervenções que sendo necessárias e estando a decorrer vêm no decurso de programas de há muitos anos e que não se vê nada de inovador, designadamente, no investimento em mais área industrial, na economia e no apoio aos empresários. Aliado a isto referiu que se continua com a situação das águas e saneamento em que o Executivo entende dever investir aí grande parte dos recursos do município. -----



----- Terminou a sua intervenção dizendo que, como estas são soluções que vão contra aquilo que idealizaram para o município, não faz sentido tomarem uma posição diferente daquela que têm tomado nos últimos anos pelo que votarão contra este Ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- O membro Senhor Válter Ferreira pediu de novo a palavra para agradecer os esclarecimentos prestados pelo Senhor Vereador, no entanto, perguntou se a verba alocada à rúbrica Estratégica Local de Habitação tinha a ver com o custo do estudo em si ou não, uma vez que constatou que existe também uma rúbrica que diz Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos em matéria habitacional, tendo para o efeito o Senhor Vereador esclarecido que o que está em Orçamento ainda é só o custo do projeto que irá ser pago pelo IHRU. -----

----- Ainda no uso da palavra mais esclareceu que, como o projeto não está terminado, só no fim de ser enviado para o IHRU é que a Câmara Municipal se irá candidatar ao financiamento que tanto poderá ser para construção nova de habitação social, como para reabilitação ou aquisição de imóveis. -----

----- O Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal usou de seguida da palavra para tecer diversas considerações relativamente à questão relacionada com a verba destinada à obra de reabilitação do Cine-Teatro Gil Vicente. Esclareceu que como é do conhecimento geral o primeiro concurso foi esvaziado pelo que, face a um determinado número de situações, teve que se fazer novo concurso com novos valores e mesmo assim só apareceu um concorrente. -----

----- Terminou a sua intervenção referindo que se o Governo cumprir o que parecer estar prometido, se em vez de ter que se pagar 75% a 80% ficar nos 100%, isso seria extraordinário embora não queira criar expetativas relativamente a essa matéria. -----

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o Ponto 12 da Ordem de Trabalhos – **GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2021**, à votação. -----

----- Aprovado, **por maioria**, com três votos contra e uma abstenção sendo, dois votos contra dos membros do Grupo Parlamentar Municipal Movimento Sangue Novo, um do Grupo Parlamentar Municipal do PSD e a abstenção do membro do Grupo Parlamentar Municipal da CDU. -----

----- O Membro Senhor Válter Ferreira pediu a palavra para fazer uma declaração de voto e invocar as razões que o levaram a abster-se neste Ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Passou-se então ao Décimo Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos que constava do seguinte:

----- **13. MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DA GOLEGÃ PARA O ANO DE 2021 – Deliberação;** -----

----- Foi presente cópia da Minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal realizada em 12 de Novembro de 2020, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 25. --

----- Foi igualmente presente cópia do documento em apreço que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 26. -----

----- Não havendo ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, submeteu o Ponto 13 da Ordem de Trabalhos – **MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DA GOLEGÃ PARA O ANO DE 2021**, à votação. -----

----- Aprovado, **por maioria**, com três abstenções. Duas dos membros do Grupo Parlamentar Municipal Movimento Sangue Novo e uma do Grupo Parlamentar Municipal do PSD. -----

----- O Décimo Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos constava do seguinte: -----

----- **14. PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DE TARIFÁRIOS NO SERVIÇO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – Deliberação;** -----

----- Foi presente cópia da Minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal realizada em 12 de Novembro de 2020, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 27. --

----- Foi igualmente presente cópia da informação registada sob o número 9344, datada de 5 de Novembro de 2020 e respetivos documentos anexos que se dão por integralmente reproduzidos no documento nº 28. -----

----- Pediu a palavra o membro Senhor Ricardo Correia para relativamente, a este Ponto da Ordem de Trabalhos referir que, num ano que se prevê difícil para todos os Portugueses, os municípios deveriam defender e tentar reverter este aumento de 100% da taxa de gestão de resíduos, decretado em Conselho de Ministros. -----

----- Terminou a sua intervenção anunciando que, face a este aumento bem como ao aumento da tarifa fixa de água, da tarifa fixa de saneamento e da tarifa fixa de RSU, o Grupo Parlamentar Municipal do PSD irá votar contra o Ponto da ordem de Trabalhos em apreço. -----

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, submeteu o Ponto 14 da Ordem de Trabalhos – **PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DE TARIFÁRIOS NO SERVIÇO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS**, à votação. -----

----- Aprovado, **por maioria**, com um voto contra do membro do Grupo Parlamentar Municipal do PSD e duas abstenções do Grupo Parlamentar Movimento Sangue Novo. -----

----- O Décimo Quinto e último Ponto da ordem de Trabalhos, constava do seguinte: -----

----- **15. ALTERAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DA ARU 07 POMBALINHO – Deliberação;** ----

----- Foi presente cópia da Minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal realizada em 12 de Novembro de 2020, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 29. --

----- Foi igualmente presente cópia da informação registada sob o número 18, datada de 9 de Novembro de 2020 e respetivos documentos anexos que se dão por integralmente reproduzidos no documento nº 30. -----

----- Não havendo ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, submeteu o Ponto 15 da Ordem de Trabalhos – **ALTERAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DA ARU 07 POMBALINHO**, à votação. -----

----- Aprovado, **por unanimidade**. -----

----- Esgotada a Ordem de Trabalhos, não havendo público e havendo necessidade de dar execução às deliberações tomadas na Sessão de hoje, foi deliberado, **por unanimidade**, nos termos do nº 3, do artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar em minuta os Pontos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14 e 15, da Ordem de Trabalhos, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

----- Quando eram 22 horas e 30 minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, desejou a todos um Feliz Natal e deu por encerrados os trabalhos que para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata que, depois de aprovada vai por si ser assinada bem como pelo Coordenador Técnico, António Manuel Alves de Sousa Riachos, que a lavrou. -----

A Presidente da Assembleia Municipal em Exercício;



O Coordenador Técnico;

